

Revista Mídia e Cotidiano
Artigo Seção Temática
Volume 12, Número 1, abril de 2018
Submetido em: 26/03/2018
Aprovado em: 28/04/2018

NA ALDEIA, NA MÍDIA, NA RUA: reflexões sobre a resistência Kaiowa e Guarani em diálogo com o contexto de golpe político no Brasil e com o campo hegemônico da comunicação

AT THE VILLAGE, AT THE MEDIA, AT THE STREET: reflections on Kaiowa and Guarani indigenous people resistance in dialogue with the context of political coup in Brazil and with the hegemonic field of communication

Luciana de OLIVEIRA¹

Resumo:

Em tempos conservadores, torna-se imprescindível (e urgente) aprender com experiências coletivas de resistência em longa duração histórica, considerando todas as suas dimensões. A experiência contra-colonizadora dos povos indígenas Guarani e Kaiowa convida-nos a observar tanto uma política da resistência quanto a buscar incidências vivas dessas formas de vida nos fazeres da área de Comunicação Social, em larga medida marcados pelas racionalidades do Estado, do mercado e da técnica com pouca permeabilidade às lógicas da diferença e da multiplicidade. No artigo, apresento e analiso, a partir de pesquisa etnográfica e materialidades midiáticas, algumas experiências de comunicação autônomas de jovens e lideranças indígenas, sua caracterização como produções comunicacionais intermundanas e suas incidências mais amplas em nossas formas de pensamento sobre a comunicação em contextos autoritários e de restrição à liberdade de expressão (de forma direta e/ou por meio do silenciamento).

Palavras-chave: Comunicação; Resistência; Cosmologia; Auto-Representação; Guarani-Kaiowa.

Abstract:

At conservative times, it becomes highly necessary (and urgent) to learn with collective experiences of resistance in long duration of history in all their dimensions. The against-colonization experience of Guarani-Kaiowa indigenous people invite us to observe a resistance political even to look for alive incidences of this forms of life in the forms of Social Communication characterized by rationalities of State, marketing and technical. In this article, I analyze some experiences of autonomous communication made by young and indigenous leaders toward ethnographic and media materialities. For this, I present a brief description of this as inter-worlds communicational productions and their incidence in our traditional forms of thoughts about communication processes in

¹ Professora do PPGCOM/UFMG, Graduada em Comunicação Social pela PUC-MG, Mestre em Antropologia pela UFMG, Doutora em Ciências Sociais: Sociologia e Política pela UFMG.

authoritarian contexts and of restrictions to the expression freedom (directly and/or by forced silence).

Keywords: *Communication; Resistance; Cosmology; Self-Representation, Guarani-Kaiowa Indigenous People.*

INTRODUÇÃO

Os imaginários sobre os povos indígenas no Brasil são reforçados por duas vertentes: uma do passado, associada a imagens da selvageria ou docilidade dos índios descritas nas cartas portuguesas do século XVI e todo um conjunto de imagens que destacam o seu exotismo e/ou o atraso no período colonial (FREIRE, 2000; MELATTI, 2007; CARNEIRO DA CUNHA, 2009; 2012; GOMES, 2012) ou das personagens românticas da fundação do Brasil enquanto nação moderna que distingue o índio bom/heróico, aquele que merece ser integrado à nacionalidade, do índio selvagem canibal, aquele que precisa ser depurado da história (SOMMER, 2004).

Além disso, constituem contemporaneamente tais imaginários a colonialidade do poder (QUIJANO, 1989; GROSGOUEL, 2008; BALLESTRIN, 2013) ou as permanências do colonialismo na história moderna e contemporânea das Américas, mesmo com o seu fim oficial. Segundo Quijano (1989), desde o período de colonização nas Américas, diferenças biológicas e fenotípicas serviram de justificativa ao colonizador para a opressão em relação aos colonizados, instituindo-se a ideia de raça (associada à inferioridade) que naturalizou a exploração do capitalismo colonial. Nesse sentido, criou-se a ideia de divisão racial do trabalho, justificada pela situação de inferioridade postulada por homens brancos, colonizadores. Os dispositivos da colonialidade do poder alimentam a descrença ou desdém quanto à autenticidade da condição étnica de pessoas indígenas lançando-os ao lugar de não-índios, de pobres urbanos ou de fantoches de outros interesses, sem nenhuma consideração pelos processos históricos e redes de memória de constituição de suas formas de vida bem como seus direitos e reivindicações políticas e menos ainda de vê-los na condição de agentes políticos de seu próprio destino.

Em geral, tais imaginários subalternizantes colocam indígenas num lugar de invisibilidade, silenciamento, de passividade, de não direito à fala e, menos ainda, avatar da modernidade, de liberdade de expressão. Assim, falar sobre povos indígenas e auto-representação pode parecer um contra-senso. Se se fala de indígenas, não se pode falar formas de representação autônomas e menos ainda de tecnologias de comunicação que inventam formas de tornar as causas indígenas visíveis.

Representação é tema já clássico no campo de pesquisas da comunicação, em vizinhança especialmente com os estudos culturais britânicos e latino-americanos, que

desdobrou em diferentes programas de investigação: 1) como matrizes culturais populares e étnicas foram subsumidas aos produtos da indústria cultural e daí a razão de seu sucesso massivo (BARBERO, 1987); 2) a sub-representação de alguns grupos sociais na mídia (HALL, 2003); 3) a representação estigmatizante ou estereotipada de alguns grupos sociais (HALL, 2003; BHABHA, 2003). Nessa senda, vale dizer que os estudos no campo da comunicação, dirigindo-se majoritariamente a objetos em relação com processos midiáticos e de midiatização, têm construído uma densa crítica no que tange às formas disciplinares ou diagramáticas de controle biopolítico em suas consequências coletivas e subjetivas bem como aos problemas da representação de grupos sociais subalternizados e lugares de fala, discursos hegemônicos ou das disputas por visibilidade.

O que buscamos destacar nesse texto e em nossas pesquisas é a afirmação de situações e modos de operação em que destacam-se resistências contra-coloniais (SANTOS, 2015), ou seja, aquelas que provocam rupturas inventivas com formas de poder sobredeterminadoras e autoritárias, inscritas em circuitos, por assim dizer paramidiáticos (OLIVEIRA, 2017). Os agenciamentos propiciados evidenciam, como buscaremos demonstrar, a biopotência (PELBART, 2007) ou, como formulou Stuart Hall (2003), “estratégias capazes de fazer diferença”. Assim, um outro passo importante em nossa área de estudos é reconhecer a importância da auto-representação na qual formas de vida alternativas à experiência hegemônica moderna, seja ela dada nas relações de troca, de coordenação política ou de maneiras de criar fluxos informacionais, enfeixam toda uma rede de elementos e experiências culturais a partir das quais se desconstróem estereótipos e estigmas, fortalecendo estratégias de resistência, identidade e subjetivação política.

Assim, o objetivo do artigo é apresentar como tais imaginários são combatidos pelos povos Kaiowa e Guarani² do Mato Grosso do Sul (MS) tomando alguns esforços

² A literatura antropológica tem definido que os povos guarani se subdividem em três grupos: *nhandeva*, *mbya* e *kaiowa*. No Mato Grosso do Sul, os *nhandeva* se auto-denominam também de guarani, sendo as duas palavras utilizadas indistintamente. No entanto, no trabalho de campo realizado lá, notei que tanto *nhandevas* quanto *kaiowas* enfatizam diferenças linguísticas, religiosas, filosóficas, de organização social, alimentares e fenotípicas para se diferenciarem, defendendo que sua união é de natureza política e tem a ver com o contexto de luta pela terra. Se convivem em muitas aldeias, reservas e terras retomadas é porque foram forçados a isso. Diz-nos Pereira (2014, p. 2) sobre a reserva de Dourados: “a tentativa de amálgama de distintas etnias, longe de produzir homogeneidade cultural, resultou em vasto leque de distintividades

emblemáticos de materialidades midiáticas que são produções comunicacionais realizadas pelos próprios indígenas num esforço de se tornarem visíveis de outra forma, que não aquelas que são alimentadas por estereótipos e estigmas, associados principalmente ao interesse econômico em seus territórios tradicionais³. Na grande mídia corporativa, seja em nível local seja em nível nacional, tais formas de representação têm sérias consequências políticas e humanitárias: põem em cheque as conquistas de direitos ocasionada pelos movimentos indígenas, balizam erroneamente as políticas públicas e atrasam ainda mais os processos demarcatórios (fulcro das reivindicações políticas desses povos na atualidade).

Tal pesquisa foi alimentada por um longo trabalho de pesquisa etnográfica e por ações de extensão em comunicação, artes visuais e cinema compartilhadas especialmente situadas no território retomado do Tekoha Guaiviry (Aral Moreira/MS)⁴. Além disso, como critério de seleção do material midiático tomado para apresentação, analiso três exemplos de diferentes formas de diálogo com o mundo dos brancos: 1) a busca por visibilidade na conversa com grandes autoridades, no caso, o Papa, corporificação do poder espiritual, figura reconhecível e palavra que ecoa no mundo inteiro; 2) a resposta aos grandes veículos de imprensa e o uso de redes sociais; 3) a realização cinematográfica.

culturais, produzindo segmentos étnico-políticos hierarquicamente dispostos”. (...) Historicamente, o SPI e depois a FUNAI deslocaram muitas famílias guarani para o interior de terras indígenas originalmente ocupadas exclusivamente por Kaiowá, como foi o caso das terras indígenas Dourados, Caarapó e Amambai.

³ Raquel Rolnik denominou essa associação entre estigma étnico e negociação de terras como *commodities* por parte de grandes interesses econômicos/estatais no cenário geopolítico da globalização como uma situação de insegurança jurídica da posse da terra que afeta principalmente moradores e territórios de favelas, indígenas e quilombolas (ROLNIK, 2015).

⁴ A parceria para produção de conhecimentos de forma colaborativa com o povo Kaiowa tem se desdobrado em ações de pesquisa, extensão e artes visuais, consolidadas a partir de: 1) Seminário Cosmociência Guarani (Belo Horizonte/2012); 2) Programa de Extensão Imagem Canto Palavra nos Territórios Guarani e Kaiowa (2013-Atual) que produziu, em 2013, o Blog do Aty Guasu (<http://atyguasu.blogspot.com.br/>) e a proposta artística Bordados pela Paz Guarani e Kaiowa Brasil (<https://www.facebook.com/bordadospelapazguaranikaiowabrasil/>), e entre 2014 e 2016 um filme de longa metragem *Ava Yvy Vera* (Terra do Povo do Raio), premiado nos festivais Cine Kurumin, Cachoeira.doc e Semana dos Realizadores, e um curta metragem *Ava Marangatu* (O ser sagrado); 3) Projeto de Pesquisa e Inovação Regimes de Conhecimento e Formas de Vida na Universidade: experiências e experimentos cosmológicos em face de conhecimentos tradicionais e outras epistemologias do (in)visível (financiamento Edital Universal Fapemig/2017) relacionado à Formação Transversal em Saberes Tradicionais da UFMG que acolheu os cursos Cosmociência Guarani e Kaiowa (1/2014) e Ojuhu Ñe’e/Mbopaje Ñe’e (Encontrar a Palavra/Encantar a Palavra - 2/2016), ministrados pelo xamã Valdomiro Flores e seus assistentes/tradutores Genito Gomes, Valmir Cabreira e Daniel Lemes Vasques.

Por outro lado, pretendo ainda refletir, com base na experiência etnográfica e nas formas de comunicação autônomas Kaiowa e Guarani como eles têm se relacionado com a sociedade envolvente, colocando em jogo aquilo que Manuela Carneiro da Cunha distingue como cultura e “cultura” para de algum modo garantir o diálogo intermundos. Por fim, analiso escolhas estratégicas da comunicação indígena com o mundo dos brancos, especialmente, no que se refere à conexão entre ações públicas e cosmologia, ponto que chama especial atenção pela aproximação entre comunicação e filosofia, dado que *Kuaapavê/Kuaareka*, que significa, filosofia, amor pelo saber se aproxima de *Kuaapyrã*, que significa notícia, notável, aquilo que se há de saber, que se deve averiguar; ao olhar para formas de resistência indígena aos grandes poderes econômicos e políticos ao longo da história de contato, o que podemos aprender e aplicar ao atual contexto no qual os direitos em geral e os direitos indígenas estão seriamente ameaçados?

POR QUE GUARANIS E KAIOWAS PROTAGONIZAM UMA DAS MAIORES HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIA NO BRASIL?

Nessa seção apresento uma brevíssima nota histórica sobre o contexto de contato entre indígenas e não indígenas com o caráter pedagógico de nos fazer adentrar em aspectos da “História Nacional” — sempre contada pela perspectiva dos vencedores — negligenciados pela maioria da população e que caracterizam uma das maiores lutas de resistência no Brasil⁵. O contato começa a acontecer de forma episódica com presença rarefeita de missionários (principalmente jesuítas) e militares brancos no território indígena a partir do século XVI e um pouco depois também há contatos com negros organizados em quilombos (PEREIRA, 2014) e se intensifica no final do século XIX e início do século XX quando, temos, por um lado, os acontecimentos ligados à escravização e às formas subalternas de trabalho, dentre os quais a Guerra entre Paraguai e Tríplice Aliança (1864-1870), a instalação, por decreto imperial, da Companhia Matte-Laranjeira no Brasil (1882) e a formação das fazendas de monocultivo e criação de gado (primeira metade do século XX).

⁵ O filme *Martírio* (2016) de Vincent Carelli, Ernesto de Carvalho e Tatiana Almeida faz uma pedagógica e viva síntese desses acontecimentos.

Do ponto de vista da política indigenista do Estado brasileiro republicano⁶, vale destacar, a criação, em 1910, do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que em 1967 se transforma na Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O SPI, orientado pela perspectiva de “integrar” as populações indígenas ao mundo ocidental, cria oito reservas indígenas na região. Tais reservas sofreram reduções em função de arranjos entre agentes de governo e interesses econômicos regionais. Mais tarde transformadas em PI's que, geridos como colônias agrícolas nos governos de Vargas, foram peças estratégicas na política assimilacionista, sob forte regime de exploração de sua mão de obra que se valiam ainda das formas de organização já constituídas na vida social dos indígenas (PEREIRA, 2014). A acomodação das populações indígenas nessas terras caracterizou uma situação de “confinamento territorial” (BRAND, 1993; 1997), na qual um grande contingente ocupa espaços pequenos de terra nos quais não se pode realizar o modo de vida tradicional: o plantio dos roçados, a manutenção das variedades de espécies cultivadas, a criação de animais, a caça, a extração de bens e remédios, bem como os rituais e formas de expressão e relação com o sagrado que configuram o território e os modos de existência da pessoa Kaiowa e Guarani.

Nas décadas seguintes e até poucos anos atrás, a existência dos povos Kaiowa e Guarani se materializa com o desmatamento quase total do território do estado de MS para implantação de empresas agropecuárias de monocultivo e criação de gado em grandes propriedades privadas de terra. Os indígenas só podiam permanecer nessas terras se resignados ao lugar de trabalhadores rurais e às regras precárias ou semi-escravas de trabalho. Em fins dos anos 1970, já com exíguas matas onde pudessem manter-se isolados, kaiowas e guaranis se organizam, reivindicam espaços territoriais perdidos e se empenham em elaborar estrategicamente formas de se manterem vivos e à sua cultura (*teko*), retomando seus territórios originários. Esse giro muito tem a ver com a organização do Aty Guasu – Grande Assembléia dos Povos Guarani-Kaiowa (ALMEIDA, 2001; PIMENTEL, 2012; BENITES, 2014).

Atualmente, Kaiowas e Guaranis somam aproximadamente 54.000 pessoas, são falantes da língua guarani (que tem inúmeras variações) e ocupam territórios diversos no

⁶ Antes disso, nos governos monárquicos foi criada a Diretoria Geral dos Índios (1846),

MS, especialmente ao sul do estado. Se já enfrentavam a guerra, no contexto do golpe (2016 para cá), tiveram seu cotidiano afetado pela abrupta ruptura do diálogo com instâncias institucionais do governo federal, pela criminalização de seus atos políticos, pelo completo desmonte da Funai (presidida por um militar, o General Franklinberg Ribeiro de Freitas, nomeado por Temer), pelo aumento sensível da violência nos *tekohas* e nas cidades por onde andam, pelas negociações de interesses com a Frente Popular da Agricultura (FPA) no que tange à liberação do uso de agrotóxicos, ao projeto de lei (827/2015) que quer proibir agricultores de produzir, distribuir e armazenar sementes cultivares, à aplicação generalizada da tese do "marco temporal" e à criação de um passo a mais no processo demarcatório (um Grupo Técnico Especializado do Ministério da Justiça que age após aprovação do Relatório Técnico pela Funai que, antes, seguia diretamente ao Ministro)⁷. Valdomiro Flores (2016), xamã kaiowa do território auto-demarcado do Guaiviry, diz que a região ainda vive a Guerra do Paraguai nos dias atuais e é assim que justifica o genocídio silencioso de seu povo que vítima principalmente lideranças religiosas e políticas, jovens e crianças. Talvez, em outros termos, possamos aproximar a reflexão experienciada pelo rezador com os quadros de guerra contemporâneos descritos por Butler (2017, p.13) nos quais, "se certas vidas não são qualificadas como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras."

VIRADA À VISIBILIDADE: CIRCULAÇÕES E TRÂNSITOS NO MUNDO DA MÍDIA

Todas as formas de violência sofridas historicamente por Kaiowas e Guaranis, bem como a impossibilidade de construir seu modo de vida (teko) de forma discreta nos fundos de fazenda, áreas de matas preservadas ou territórios ainda não explorados pelo agronegócio que se tornou onipresente, levou-os, no final da década de 1970, a uma reflexão sobre as condições territoriais e se empenharem em elaborar estrategicamente a forma de se manterem vivos. Daí decorrem as reivindicações fundiárias ao governo

⁷ Algumas sínteses da conjuntura relativa à situação indígena após o golpe podem ser encontradas em Morais, 2016; e em alguns artigos da imprensa e notas de coletivos indígenas como a Associação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) disponível em: <http://apib.info/2017/07/27/o-golpe-de-temer-contrademarcao-indigena/>

federal que Kaiowas e Guaranis do MS estão manifestando nestas últimas décadas e as retomadas de territórios. Reivindicações que tentam garantir suas terras” não só relutando em sair dos lugares tradicionais mas também na mobilização, a partir de onde estão, para recuperar terras compulsoriamente abandonadas no passado em ações diretas de auto-demarcação. Esse giro muito tem a ver com a organização dos movimentos indígenas no continente americano e no Brasil e, mais especificamente, no caso de Kaiowas e Guaranis, com a organização do Aty Guasu – Grande Assembléia dos Povos Guarani-Kaiowa (ALMEIDA, 2001; SPENSY, 2012; BENITES, 2014).

Além do trabalho político-espiritual nos Aty Guasu a partir de 1979 (BENITES, 2014) que garantiu as retomadas de terras em intensidade cada vez maior, a grande movimentação nessas assembléias gerou novas orientações com relação à conversa com a sociedade envolvente, com o mundo dos brancos. Assim, instaurou-se um triplo labor para Kaiowas e Guaranis: o da invenção da cultura (no sentido que Wagner, 2010 dá a essa expressão) e de suas formas de vida; o de defesa de seus territórios e modos de existir num entorno que lhe é hostil de diversas formas; e o de alargamento da arena pública para fazer caber seus mundos e as agências, tempos e espaços que eles mobilizam⁸.

As investidas para dialogar com os Papas, por exemplo, foram pelo menos três que receberam grande atenção nos últimos quarenta anos. A primeira e mais famosa foi o discurso de Marçal Souza, nome em português do líder guarani Ava Tupã-i em 1980,

⁸ Em outro momento, formulei uma síntese dessas ações comunicacionais: "são emblemáticos desse desejo de dialogar com o regime de visibilidade próprio do mundo dos brancos, em movimentos de citação da cultura (ou "cultura"), o discurso de Marçal Souza ao papa João Paulo II em 1980 quando de sua visita ao Brasil (revivências dessa ação são perseguidas por diversas lideranças: conversar com o Papa)¹⁴; as denúncias em vídeo, áudio e fotografia às ONG's nacionais e internacionais, participação dos indígenas no filme Terra Vermelha (2008) como atores e consultores do diretor Marco Bechis bem como os eventos de lançamento do mesmo em 2009; a apropriação de ferramentas digitais para difusão da causa como é o caso do facebook da Aty Guasu que teve seu ápice de visibilidade em 2012 com a carta da comunidade de Pyellito Kue à opinião pública nacional (lida pela imprensa como ameaça de suicídio coletivo) e, mais recentemente, com menos visibilidade a negação pública dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas em 2015. No campo da produção audiovisual, também é notável o desejo de contar as histórias de que só eles são detentores (assassinatos de lideranças, as retomadas) quanto o desejo de falar de sua cultura (rituais, cantos, o milho e a agricultura). Há um movimento de jovens, a Associação de Realizadores Indígenas (Ascuri) que também tem buscado garantir uma voz indígena para tratar dos assuntos indígenas, almejando trabalhar na formação de outros jovens para que estes possam servir-se do cinema como forma de multiplicar o conhecimento de não-índios sobre a cultura¹⁵. Entre tais produções que tentam multiplicar os possíveis no campo mesmo do regime de visibilidade ocidental, elencamos também as manifestações artísticas e políticas como a música rap composta e performada pelo grupo Bro MC's Rap Indígena (AUTORA(R), 2016, p. 208)".

quando da vinda de João Paulo II ao Brasil⁹. Mais recentemente foram duas outras tentativas: a de Elizeu Lopes (com o atual Papa Francisco), jovem líder do tekoha Kurusu Amba e integrante da Associação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), e a tentativa frustrada de Ládio Verón (também com Francisco), filho do cacique Marcos Verón assassinado em 2009, liderança no tekoha Takuara.



Figura 1: Marçal Souza, Elizeu Lopes, Ládio Verón e o Papa

Fontes: <http://portaldasmissoes.com.br>, <http://www.midiamax.com.br/cotidiano>, https://secure.avaaz.org/po/petition/Ao_Papa_Francisco_Encontro_dos_Humildes_Santo_Padre_receba_o_nosso_cacique. Montagem: Autor(a)

O desejo de conversar com o Papa tem a ver com o desejo da simetria: é a autoridade do mundo dos brancos à altura das autoridades Kaiowa e Guarani: os rezadores. Os rezadores também conhecidos como Ñanderu ou Mburahéiua são indivíduos de grande poder espiritual que passam por extensos processos de formação e passam por rituais de viagem xamânica para alcançar o *aguye*, ou seja, a perfeição, purificação, a plenitude (normalmente, este processo de formação ocorre no interior de uma família extensa, sendo pais e avós os responsáveis pela transmissão dos conhecimentos e técnicas mágicas; mas há também o caso dos que já nascem com os poderes xamânicos e os domínios técnicos lhes são dados por Ñanderu Guasu — o grande Pai — e seus *yvyraija* — mensageiros). Além do rezador buscar as mensagens pela reza ritual, os parentes do mundo espiritual também enviam mensagens a ele nos sonhos.

Apesar dos efeitos de grande exposição midiática que ações como os diálogos com Papa têm, muitas vezes a circulação física de Kaiowas e Guaranis não é notável ou, se notada nas ruas das cidades sul-matogrossenses, é mais notada se eles estão caminhando

⁹ Marçal foi assassinado em 25/11/1983. Os assassinos nunca foram condenados.

[“perambulando” na visão dos brancos] pelas beiras de estrada ou pelas ruas pedindo dinheiro. Alguns bons exemplos nos dão a ver como o corpo indígena e especialmente a luta pelos territórios são mostrados na mídia local em Mato Grosso do Sul. Também são mais notados e anotados na mídia local notícias ligadas à desnutrição, alcoolismo, violência (doméstica/interna às aldeias, principalmente às reservas) e suicídios bem como a luta pela terra (nesse último ponto, sempre enfatizando o ponto de vista de latifundiários e ruralistas ao caracterizar os indígenas como invasores de terras)¹⁰. A mídia corporativa privilegia o caminho da história única – o estereótipo – dando ênfase àquilo que a ontologia branca projeta como “o índio” genérico. Tomo como exemplo, uma charge publicada no Diário MS (2008), um mapa de demarcações que integrou reportagem de Veja em 2012 e o trabalho de contra-informação, via facebook, do Conselho Aty Guasu que se referem à luta pela terra:

¹⁰ Cavalcante (2013) lastreou material midiático regional e nacional após três eventos significativos: em 2007, quando a FUNAI e o MPF publicaram um termo de ajustamento de conduta que possibilitou a criação dos Grupos de Trabalho (GT) de demarcação em MS; em 2008, a determinação de demarcação contínua no caso de Raposa Terra do Sol – Roraima criou antecedente importante para os processos demarcatórios; e, em 2012, as reportagens “Visão medieval de antropólogos deixa índios na penúria” e “A Ilusão de um Paraíso”, publicadas pela Revista Veja em 04/11/2012 (Disponíveis em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/> Acesso em: 13/01/2016) e o artigo “A tragédia da Funai” da então senadora Kátia Abreu publicado pelo jornal Folha de São Paulo em 03/11/2012 (Disponível em www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/75767-a-tragedia-da-funai.shtml Acesso em 01/12/2015), no contexto de ampla visibilidade nacional e internacional da luta pela terra de Kaiowas e Guaranis após uma carta da *tekoha Pyellito Kue/Mbarakay* que afirmava que não abandonariam o seu território originário frente a uma ameaça de despejo de um processo de reintegração de posse – fato que foi enquadrado pela imprensa como “suicídio coletivo”. Para uma análise dos mecanismos acionadores do debate público em 2012, a distinção entre o enquadramento midiático do suicídio e certa lógica do sacrifício, bem como os saldos políticos dessa ampla visibilidade para a causa Kaiowa e Guarani, ver Oliveira, 2014.

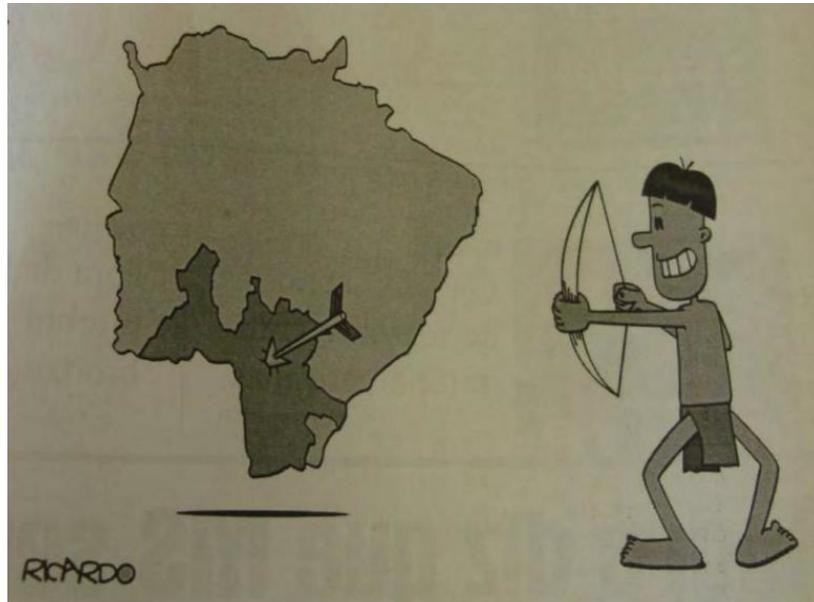


Figura 2: Charge publicada em “Diário MS” de 21/08/2008, p. 2.

Fonte: CAVALCANTE, 2013, p. 361

O mesmo tipo de tratamento à luta indígena reverbera na imprensa nacional, como no caso da reportagem “A Ilusão de um Paraíso” da Revista Veja (04/11/2012), como parte de uma ofensiva após a causa Kaiowa e Guarani ter ganhado grande repercussão em distintos fóruns (incluindo midiáticos) e um enorme apoio da opinião pública nacional e internacional.



Figura 3: Mapa de demarcações em MS segundo Veja, edição de 04/12/2012

Fonte: CAVALCANTE, 2013, p. 357

Mapa na charge e mapa na reportagem falam de um suposto grande território pleiteado pelos indígenas — o que não corresponde à realidade dos estudos técnico-científicos de demarcação nem às reivindicações fundiárias — e, no caso de mapa de Veja dá uma ideia errônea acerca das áreas indígenas apresentadas como demarcadas (a maior parte delas ainda aguarda o primeiro passo do processo demarcatório que é a constituição de um GT para realização do laudo antropológico). Tanto as informações veiculadas pela imprensa nacional quanto aquelas que circulam nas mídias locais do MS vem sendo frontalmente combatidas pelo Conselho Aty Guasu que tenta, à sua maneira, produzir contra-narrativas ao que se diz sobre os indígenas Kaiowas e Guaranis nessas mídias. Esse é o caso das notas públicas que passaram a circular no facebook da Aty Guasu criado e alimentado em 2011 por Tônico Benites¹¹ e se multiplicarem pelos compartilhamentos em rede. Abaixo, um exemplo de resposta à Veja (contra a qual Kaiowas e Guaranis buscaram obter o direito formal de resposta, mas não lograram êxito)¹²:

NOTA DA ATY GUASU (04/12/2012) CONTRA A REPORTAGEM DE 04/11/2012 DE VEJA “VISÃO MEDIEVAL DE ANTROPÓLOGOS DEIXA ÍNDIOS NA PENÚRIA” E “NAÇÃO” GUARANI assinada pelo jornalista é o Leonardo Coutinho.

Esta nota das lideranças de Aty Guasu Guarani e Kaiowá visa destacar a importância das manifestações públicas conscientes de cidadão (ã) do Brasil em defesa da vida Guarani e Kaiowá.

Além disso, pretendemos repudiar reiteradamente a divulgação e posição racista e discriminante de jornalista Leonardo Coutinho da REVISTA VEJA.

Observamos que na última semana, a REVISTA VEJA divulgou os temas: “VISÃO MEDIEVAL DE ANTROPÓLOGOS DEIXA ÍNDIOS NA PENÚRIA” E “NAÇÃO” GUARANI. Autor-jornalista é o Leonardo Coutinho.

A princípio, nós lideranças Guarani e Kaiowá entendemos que os cidadãos (ãs) brasileiros (as) merecem respeito, em geral, esperam de um jornalismo democrático um resultado da investigação justa e séria dos fatos para divulgá-los com ética e responsabilidade, demonstrando fielmente versões das partes envolvidas de modo a que a opinião pública possa construir conhecimento isento a respeito do tema divulgado, não é o que se constata na REVISTA VEJA diante da situação do Guarani e Kaiowá em foco.

Em primeiro lugar, constatamos que na divulgação mencionada de REVISTA VEJA há manifestação de racismo, preconceito e discriminação. Assim, fica evidente que o jornalista Leonardo Coutinho é racista, ele não procura compreender e divulgar a realidade dos Guarani e Kaiowá, faltando com a verdade total consigo mesmo, ou melhor, se desrespeitando e mentindo para todos (as) cidadãos (ãs) do Brasil. Visto que esse jornalista racista da REVISTA

¹¹ <https://www.facebook.com/aty.guasu/?fref=ts>

¹² Ver sobre campanha pelo direito de resposta à Veja: <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=27215>

VEJA nem se preocupa em fazer o trabalho de jornalista a partir de uma aproximação minimamente científica, mas ele fez e divulgou o tema Guarani e Kaiowá de modo distorcida a partir de corpus de informações sem fundamento, meramente embasado em senso comum e sem valores científicos. No contexto atual, é importante se observar que diante da manifestação contínua dos cidadãos (ãs) do Brasil em favor da demarcação e devolução de territórios tradicionais aos Guarani e Kaiowá, a imprensa REVISTA VEJA, como sempre, não perdeu a oportunidade de apresentar, mais uma vez, a imagem dos Guarani e Kaiowá como seres incapazes, como nós indígenas não fossemos seres humanos pensantes, fomos considerados como selvagens e truculentos; assim, nesta manchete da REVISTA VEJA há, antes de tudo, incitação ao preconceito, a discriminação e ao ódio o que acaba por colocar em risco total toda a população Guarani e Kaiowá, alimentando violências, racismo, discriminação e estigmas sobre os Guarani e Kaiowá, por isso, nós lideranças da Aty Guasu pedimos as autoridades competentes para realizar uma investigação rigorosa e punição cabível ao autor, Leonardo Coutinho que foi responsável pela divulgação de imagem negativa Guarani e Kaiowá na REVISTA VEJA.

Diante dessa divulgação infundada da REVISTA VEJA a respeito de luta Guarani e Kaiowá, nós lideranças indígenas não acreditamos que a maioria dos cidadãos (ãs) do Mato Grosso do Sul e do Brasil tenha conhecimento sobre Guarani e Kaiowá somente a partir do senso comum a distância, porém compreendemos que todos (as) brasileiros (as) manifestantes são educados e adquirem os seus conhecimentos sobre a situação atual Guarani e Kaiowá a partir de observações diretas da realidade do grupo social que por isso têm fundamentos para refletir e se manifestar como cidadão (ã). De fato, é isso que está ocorrendo no último mês no Brasil, cidadãos (ãs) conscientes se manifestaram e ainda se manifestam, através das redes sociais e em espaços públicos, em favor da vida dos Guarani e Kaiowá, exigindo as efetivações de direitos humanos e indígenas. Porém, o jornalista Leonardo da REVISTA VEJA considera que esses cidadãos (ãs) manifestantes seriam ignorantes e não conheceriam as situações dos Guarani e Kaiowá, os tachando de ignorantes aos cidadãos (ãs) em manifestação. Em nosso entendimento, como indígenas Guarani e Kaiowá, consideramos sim que esses cidadãos (ãs) manifestantes de várias federações do Brasil conhecem muito bem a nossa história e nossa situação atual, por essa razão ampla se manifestam em favor de nossa vida para garantir a nossa sobrevivência. Enquanto o Leonardo Coutinho da REVISTA VEJA tenta colocar os Guarani e Kaiowá em risco total além de ignorar os conhecimentos dos cidadãos (ãs) manifestantes.

Queremos deixar evidentes que nós lideranças da Aty Guasu Guarani e Kaiowá de modo autônomos e conscientes vimos lutando pela recuperação de nossos territórios antigos, essa luta pelas terras tradicionais é exclusivamente nossa, nós somos protagonistas e autores da luta pelas terras indígenas, nós envolvemos os agentes dos órgãos do Estado Brasileiro, os agentes das ONGs e todos os cidadãos (ãs) do Brasil e de outros países do Mundo.

Finalizando, nós lideranças da Aty Guasu Guarani e Kaiowá de modo conscientes vamos lutar sem parar pela recuperação de nossas terras antigas, juntamente com cidadãos (ãs) manifestantes do Brasil em destaque, continuaremos a lutar contra GENOCÍDIO Guarani e Kaiowá e iremos insistir na necessidade premente do Estado brasileiro se envolver profundamente com o nosso problema Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul. Sabemos que Governo do Brasil tem seu dever Constitucional assumir e decidir com firmeza e rigor uma dinâmica eficaz para fazer respeitar Direitos Humanos e Indígenas no Mato Grosso do Sul. Entendemos perfeitamente que é dever do Estado brasileiro viabilizar recursos financeiros e humanos, refletir e planejar

estratégias que culminem em soluções efetivas aos problemas fundiários dos Guarani e Kaiowá aqui focada. Diferentemente da REVISTA VEJA, temos grande esperança e entendemos que os apoios de manifestantes dos cidadãos (ãs) do Brasil deverão contribuir, no tempo, para melhorar a qualidade de vida dessa grande parcela do nosso povo Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul. Por fim, prestamos o nosso imenso agradecimento a todos (as) cidadãos (ãs) manifestantes pela compreensão e atenção merecida. A nossa luta continua contra GENOCÍDIO.

Atenciosamente,

Tekoha Guasu Guarani e Kaiowá, 04 de novembro de 2012

Lideranças da Aty Guasu Guarani e Kaiowá-MS

Além de chamar a atenção sobre o caráter estratégico desta publicação (ver nota completa no Anexo I) no contexto de mobilizações nacionais e internacionais de apoio à luta pela terra dos indígenas Kaiowa e Guarani, bem como seu enviesamento como produto jornalístico (que, em princípio, deveria ser arena acolhedora de todos os interesses envolvidos na controvérsia), a nota rebate também alguns argumentos comuns presentes nos discursos branco, oficial e hegemônico: 1) reafirma que os indígenas são os agentes protagonistas desta luta, mobilizando a seu favor os esforços de ONGs, de alguns setores do Estado e da sociedade; 2) usa incisivamente a palavra genocídio para caracterizar os assassinatos históricos que sofre esta população; 3) aponta para o desconhecimento da sociedade brasileira/opinião pública em geral sobre as questões indígenas e para a situação dos povos Guarani e Kaiowa; 4) caracteriza a relação entre brancos e indígenas como permeada pelo preconceito, racismo, estereotipação e estigmatização; 5) localiza sua luta no campo dos direitos indígenas conquistados pelos povos indígenas brasileiros e dos direitos humanos; 6) por fim, privilegia o formato carta aberta de autoria coletiva, imprimindo uma outra estilística ao modo de fazer circular sua contra-narrativa jornalística.

São vários os espaços na rede que tem sido utilizados para construção deste tipo de resposta: além do facebook, existem canais e videos no youtube, o blog do Aty Guasu¹³, os jovens tem se empenhado em encontrar formas de expressão de sua realidade do que é exemplo o trabalho musical dos Bro MC's¹⁴ e as produções audiovisuais da Associação Cultural de Realizadores Indígenas (Ascuri), um movimento de jovens que

¹³ <http://atyguasublogspot.com>

¹⁴ Ver Oliveira, 2016, artigo no qual aproximo a contemporaneidade pela palavra entre o Rap e as reivindicações cosmopolíticas de Kaiowas e Guaranis.

também tem buscado garantir uma voz indígena para tratar dos assuntos indígenas quanto no trabalho de formação de outros jovens para que estes possam servir-se do cinema como forma de multiplicar o conhecimento de não-índios sobre o *teko* Kaiowa e Guarani. Nessa esteira, nossa experiência com a produção audiovisual, também tem apontado para formas de auto-representação bem como de geração de contra-narrativas por Kaiowas e Guaranis. Nela sobressai, por parte dos indígenas, o desejo de contar as histórias de que só eles são detentores (assassinatos de lideranças, os processos político-cosmológicos das retomadas e a vida cotidiana) quanto o desejo de falar de sua cultura (aspectos rituais, valores, cultura material, saberes tradicionais).

Sobre esse ponto, refiro-me especialmente ao longa-metragem, *Ava Yvy Vera* (Terra do Povo do Raio, 2016, 52”), dirigido por Genito Gomes, Valmir Cabreira, Johnatan Gomes, Joilson Flores, Sara Brites, Johnn Nara Gomes, Dulcídio Gomes e Edna Ximenes, moradores, jovens e lideranças da tekoha Guaiviry em conjunto com uma equipe de professores, instrutores e estudantes da universidade. Uma experiência viva de encontro de saberes que também pode ser pensada como processo comunicacional tensionador que abre caminhos para o jogo do múltiplo: a multiplicidade epistêmica e a multiplicidade de agências que a condicionam. O filme trata do processo de retomada ou auto-demarcação do território do Guaiviry (Aral Moreira/MS) sem deixar de passar pelo acontecimento trágico do assassinato do líder Nísio Gomes (pai, avô, padrinho e parente dos membros da equipe realizadora). No entanto, o filme busca colocar foco na reativação do "modo verdadeiro" e “natural" de viver (*teko te'e* ou *teko porã*) dos *kaiowas* — o sonho de Nísio — experienciado na vida cotidiana, em meio à monocultura, com a preservação/ampliação das matas, reconstrução das casas, da casa de reza (*ongusu*), as festas de sociabilidade com seus cantos de propiciação (*kotyhu* e *guahu*) bem como a escola que preserva o ensino dos conhecimentos tradicionais, a feitura dos alimentos e da bebida sagrada (*chicha*) e, antes de tudo, as rezas rituais (*ñembo'e/mburahei*), especialmente, a reza longa de todas as quintas-feiras (*mburahei puku*).

Figura 4:

Frames do longa *Ava Yvy Vera* (2016): 1) a encenação do assassinato de Nísio Gomes; 2) o ipê solitário, torre de comunicação na retomada, no meio do imenso campo de soja; 3) Dona Tereza prepara a chicha, bebida ritual Kaiowa na terra retomada de Guaiviry. Fonte: acervo da autora.



A experiência de produção de cinema e do filme coloca-nos diante de modos de pensar a visibilidade a partir de outro lugar de fala, imantado por um outro modo de ver, rasgando o olhar viciado nas fórmulas convencionais hegemônicas. Nesse sentido, alguns pontos se destacam: 1) a afirmação dos anciãos (rezadores/*mburaheiwás*) de que gostariam de “guardar para sempre” suas rezas e palavras; 2) as possibilidades de pontes

intergeracionais abertas pelo audiovisual ao conectar as curiosidades dos jovens quanto à tecnologia e a linguagem com o saber dos velhos rezadores e das velhas rezadoras, as enciclopédias vivas de um saber e seus corpos-memória plenos dos testemunhos, histórias, cantos-rezas e mitos; 3) a afinidade eletiva entre o audiovisual e a oralidade, ambos modos de transmissão que prescindem do escrito; 4) a afirmação de um saber-fazer e de um fazer-saber que, compartilhado, torna-se um ganho coletivo parte a parte; 5) a possibilidade de afirmação da língua originária, não obstante os esforços que a tradução exige para dar forma e força aos atravessamentos interétnicos e a ampliação das fronteiras ao público, além de obviar que não se trata de um cinema indígena (TSEREWAHU, 2016) mas de um cinema híbrido, um cinema que é encontro de saberes, um fórum cosmopolítico (OLIVEIRA, 2016).

COMUNICAÇÃO INTERMUNDOS E AUTO-REPRESENTAÇÃO DE KAIOWAS E GUARANIS

Tem havido nos estudos críticos da comunicação, uma forte ênfase no caráter biopolítico das formas de representação midiáticas bem como na criação de dispositivos de poder que favorecem certas disposições disciplinando o corpo. É interessante notar, a partir das ações exemplares de Kaiowas e Guaranis brevemente descritas na seção anterior, que estamos diante de um contraponto biopotente que nos coloca frente a: 1) o desejo da relação — não obstante a violência, a guerra, a vida nua (AGAMBEN, 2008) — e, por consequência, à constituição de comunicação intermundos; 2) auto-representação para contar sobre outra vida das pessoas indígenas como estratégia de geração de contra-narrativas, construindo outras presenças, alternativas ao que está presente na comunicação midiática.

A comunicação intermundos¹⁵ significa esse esforço de criar espaços para trazer à presença e à coabitação o mundo indígena e não-indígena. Mais do que “alçar” indígenas à condição de diálogo e à troca de razões nas arenas do sistema político —

¹⁵ Em outro momento (OLIVEIRA; ALTIVO, 2017), optei por chamar essa relação de comunicação de intercultural, como defende a vertente teórica decolonialista latino-americana, a exemplo de Walsh (2002). Nesse ponto - a comunicação entre mundos e a comunicação intercultural - interliga as visões da proposta cosmopolítica com a da vertente decolonial, observando-se, obviamente, diferenças epistemológicas e lugares de poder acadêmico que também as separam.

incluindo aí a esfera midiática —, significa construir, pela via do regime de visibilidade de não-indígenas, caminhos de alargamento epistêmico em que formas de vida ontologicamente diferentes criam possibilidades de mútua escuta e afetação. Assim, seu efeito cosmpolítico (STENGERS, 2004) pode ser notado tanto na negação a um cosmopolitismo que diz de um comum forjado nas lógicas da globalização neoliberal, das falsas democracias raciais e da mestiçagem cultural "harmônica" obnubiladora de diferenças e violências, quanto na afirmação de uma forma de vida nutritiva que funciona à base de uma comunicação multidimensional (OLIVEIRA; ALTIVO, 2017) múltiplas agências, múltiplas temporalidades, múltiplas formas de vínculos, múltiplos territórios.

Obviamente esse processo é permeado pela reflexividade entre cultura e a “cultura”, presente na articulação interétnica, que de acordo com Carneiro da Cunha (2009) compreende um jogo recíproco de objetificações que de algum modo permite o diálogo intercultural. Nesse sentido, vale apontar que talvez os regimes de conhecimento compreendam um quadro diametralmente oposto ao ocidental no qual muitas coisas ocorrem num plano invisível e, talvez aí, ocorram as coisas mais importantes e mais difíceis de serem conhecidas, daí o seu grande valor. Para *Kaiowas* e *Guaranis* os deuses são famílias, não são uma única pessoa como pregam as religiões monoteístas, o rezador é um elo de interconexão entre as famílias terrenas e extra-terrenas, fazendo com que a comunicação entre elas seja próxima e rápida que habitem um mesmo tempo-território – o *tekoha* – sem necessariamente haver a co-existência num mesmo espaço.

A luta política pela terra é, em grande medida guiada por essas conversações entre humanos e não-humanos (no caso destes últimos, além dos seres invisíveis inclui também os seus sinais e os agentes dos quais eles são guardiães como as tempestades, o vento, o relâmpago, o sol, as plantas, os animais) que orientam sobre as estratégias e táticas, também são eles que alertam de diversos perigos. Essa interconexão permanente é fundamental para a resistência: ela fortalece e indica os caminhos a serem perseguidos na luta coletiva. Esse fortalecimento alcança também as pessoas como seres individuais, a existência e a constituição das pessoas, conferindo-lhes força pessoal ou o que em termos de nossa episteme chamamos de subjetivação política. Como destacou Mura (2006), pouca importância tem sido dada nos estudos sobre os *Guarani*:

aos fenômenos mágicos, enquanto elementos que permitem a compactação de grupos em torno da necessidade de se defender, atacar ou contra-atacar. Eles contribuem para a manutenção de um estado constante de conflito, uma guerra combatida através de meios invisíveis, mas não menos efetivos. Como bem observava Simmel (1964), o conflito, ao invés de ser um elemento desagregador, desempenha papel contrário, permitindo justamente que os seres humanos construam solidariedades de grupo”¹⁶.

Tais solidariedades não são permanentes, orgânicas ou funcionais, mas sinalizam uma outra forma de fazer o laço social que, com maior elasticidade, acolhe diferentes agências (humanas, não-humanas), temporalidades (mito, história, vida cotidiana, tempo da política) e territórios (geográficos e cosmológicos) nos modos de fazer a existência do comum ocorrer.

a diversidade de pontos de vista entre os sujeitos envolvidos, juntamente com o diferencial de poder entre eles, é um fator importante a ser levado em conta. (...) Ao classificar as divindades através da nomenclatura de parentesco, estes índios posicionam-se perante elas como sendo seus netos, filhos e irmãos mais novos. Assim, o relacionamento com estas se dá através de processos de alianças e de reconhecimento enquanto parentes. Neste sentido, as atividades voltadas para a construção das comunidades políticas entre os humanos não difere daquelas desenvolvidas para com os seres invisíveis. O papel do xamã, por seu turno, é também central nas tentativas que esta figura empreende para convencer os Nande Rykey tanto a não prejudicar seus parentes terrenos quanto a beneficiá-los. Estas tentativas ocorrem em reuniões celestes protagonizadas por deuses e ñanderu, com debates em que se expressam diferentes pontos de vista e se colocam em prática estratégias. Paralelamente às relações verticais, aquela que se processa com os espíritos donos (os járy) também exige astúcia, picardia, capacidade de persuasão e de enganar. Por sua vez, todas as relações cosmológicas implicam em um diferencial de poder entre os sujeitos que interagem. (MURA, 472-473)

CONCLUSÕES

Neste artigo busquei refletir acerca da relação com a mídia e o mundo dos brancos que passa a recortar a narrativa mítico-histórica dos povos Kaiowa e Guarani do MS, colocando em rede as aldeias, as cidades, as mídias e os diversos agentes humanos e não-humanos que as permeiam, as constituem e produzem mundos. Para tanto, busquei contextualizar, do ponto de vista histórico, as condições de possibilidade do que é o ser indígena Kaiowa ou Guarani no Mato Grosso do Sul e no Brasil para mostrar porque esses povos protagonizam uma das maiores resistências de nossa história. Em seguida apresentei um quadro, não exaustivo, com material midiático local e nacional, buscando

¹⁶ Sobre a importância do conflito como forma de sociação, atrelando-o a parte do pensamento trágico de Simmel, sob influência de Nietzsche em conexão com as teorias interacionais da comunicação e as teorias de discurso, ver Oliveira; Vieira, 2014.

apontar traduções dessas interações no discurso midiático e contra-midiático produzido pelos indígenas, que colocam em evidência três tipos de esforços de geração de visibilidade: a busca de apoio de grandes autoridades internacionais como o Papa, a resposta ao sistema de mídia e a produção cinematográfica. Enfim, já na tessitura dos conceitos cosmológicos, busquei refletir sobre a comunicação intermundos e a auto-representação, colocando em contraste modos de ação de Kaiowas e Guaranis de gerar visibilidade a fim de gerar incidências heurísticas nestes conceitos no campo das teorias da comunicação.

Tudo isso se reveste de especial importância no contexto atual. As formas de comunicação multidimensional e intermundos, a luta por auto-representação e geração de contra-narrativas de Kaiowas e Guaranis é a luta de Davi contra o Golias, mas tem garantido resultados políticos relevantes como a criação de um léxico que permite falar com a mídia e respondê-la no sentido do combate ao preconceito, estereótipos e estigmas bem como de geração de força para o permanente movimento das retomadas (que não são apenas a volta ao território originário mas a luta pela permanência nele), a sobrevivência linguística e a permanente invenção cultural do jeito de viver próprio e autônomo. É a luta de quem nunca desistiu, mas ao contrário, de quem já passou por muitos e insidiosos golpes e insistiu na resistência. Sem minimizar o contexto político atual e suas trágicas consequências para as populações indígenas brasileiras, creio que o exemplo de Kaiowas e Guaranis pode ser tomado como inspiração e força para quem estiver em desacordo com os retrocessos que o golpe político de 2016 pôs em marcha.

Referências

- AGAMBEN, G. **O que resta de Auschwitz**. São Paulo, Boitempo, 2008.
- ALMEIDA, R. T. **Do Desenvolvimento Comunitário à Mobilização Política – O Projeto Kaiowa-Ñandeva como experiência antropológica**. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2001.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 11, p. 89-117, Ago. 2013.
- BENITES, T. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha**. Tese de Doutorado defendida junto ao PPGAS - Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.
- _____. **Entrevista concedida a Luciana de Oliveira**. Belo Horizonte, 12/11/2015.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2003
- BRAND, A. J. **O confinamento e seu impacto sobre os Paì-Kaiowá**. Porto Alegre. Dissertação(mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, 1993, 210p.

- _____. **O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da palavra.** Porto Alegre. Tese (doutorado em História). PUC/RS, 1997, 345p.
- BUTLER, J. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2017 (2a ed).
- CARNEIRO DA CUNHA, M. **Cultura com aspas e outros ensaios.** São Paulo; Cosac Naify; 2009.
- _____. **Índios no Brasil.** São Paulo, Claro Enigma, 2012.
- CAVALCANTE, T. L. V. **Colonialismo, Território e Territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul.** Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, Assis, 2013.
- FREIRE, J.R.B. Cinco idéias equivocadas sobre o índio. In **Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano (CENESCH)**. Manaus, n. 01, setembro/2000. Pp 17-33.
- FLORES, V. **Formação Transversal em Saberes Tradicionais [Aula].** Disciplina Ojuhu Ñe'e/Mbopaje Ñeé. Encontrar a palavra/Encantar a palavra. Belo Horizonte, UFMG, 2016.
- GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, Coimbra, 2008. p. 115-147.
- HALL, S. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003
- GOMES, M. P. O que se pensa do índio. In: **Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro.** Editora Contexto, São Paulo, 2012. P. 140-170.
- MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** 2a. ed. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1987.
- MELATTI, J. C.. **O índio e o civilizado: o que pensa um do outro.** In: **Índios do Brasil.** 2007. Edusp. São Paulo. P. 255-270.
- MORAIS, B. M. O golpe nosso de cada dia: as mui familiares ameaças aos direitos dos povos indígenas no contexto do impeachment, **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 25, p. 42-45, 2016
- MURA, F. **À procura do “bom viver”:** território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa. Tese de doutorado defendida no PPGAS - Museu Nacional. Rio de Janeiro/UFRJ, 2006. 504 p.
- OLIVEIRA, L. “Sobre Che Cherera de Paulo Nazareth: diálogos no tempo mítico insurgente”. In: **Lindonéia**, v. 1, p. 89-97, 2014.
- OLIVEIRA, L. “Bro MCs Rap Indígena: o pop e a constituição de fóruns cosmopolíticos na luta pela terra Guarani e Kaiowa”. In: **Revista Eco-Pós**, v. 19, p. 199-220, 2016.
- OLIVEIRA, L. “Etnografia, pesquisa multissituada e produção de conhecimento no campo da comunicação”. In: **QUESTÕES TRANSVERSAIS: REVISTA DE EPISTEMOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO**, v. 5, p. 72-81, 2017.
- OLIVEIRA, L.; VIEIRA, V. H. “Nas tramas do discurso: comunicação cultura poder.” In: **Anais do 23o Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação.** Belém-PA: Compós, 2014. v. 1. p. 1-16.
- OLIVEIRA, L.; ALTIVO, B. R. “Numa encruzilhada, dois campos: a lágrima e a luta nas experiências sagradas do Rosário e do Nhemboé”. In: **Anais do 26o Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, 2017. São Paulo: Compós, 2017.
- PELBART, P. P. Biopolítica. **Sala Preta** (Revista PPGAC/USP), v. 7, pp. 57-65, 2007.
- PEREIRA, L. A atuação do órgão indigenista oficial brasileiro e a produção do cenário multiétnico da Reserva Indígena de Dourados, MS. 38o Encontro da **ANPOCS**, **Anais**, GT Metamorfoses do Rural Contemporâneo, Caxambu, 2014.
- PIMENTEL, S. **Elementos para uma teoria política Kaiowa e Guarani.** Tese de Doutorado apresentada no PPGAS/FFLCH/USP, 2012.

- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 1989. p. 117-142.
- ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares:** A colonização da terra e da moradia na era das finanças. Rio de Janeiro: Boitempo editorial, 2015.
- SANTOS, A. B. dos. **Colonização, quilombos:** modos e significações. Brasília, INCTI/UNB, 2015.
- SOMMER, D. **O Guarani e Iracema:** um indigenismo de duas faces. In: *Ficções de fundação: os romances nacionais da América Latina.* 2004. Belo Horizonte. Editora UFMG. P. 165-201
- STENGERS, I. The cosmopolitical proposal. In: LATOUR, B.; WEIBEL, P. (Org.). **Making things public:** atmospheres of democracy. Cambridge: MIT Press, 2004. p. 994-1003.
- WAGNER, R. **A Invenção da Cultura.** São Paulo, Cosac Nayff, 2010.
- WALSH, C. (De)Construir la interculturalidad. Consideraciones críticas desde la política, la colonialidad y los movimientos indígenas y negros en el Ecuador. In: FULLER, N. (ed.) **Interculturalidad y Política,** Lima: Red de Apoyo de las Ciencias Sociales, 2002.